

A FORMAÇÃO DAS QUALIDADES SENSÍVEIS DO TRABALHADOR COMO CONTEÚDO DO ENSINO MÉDIO

Isabel Brasil¹

Anakeila de Barros Stauffer²

Buscando contribuir para o aporte e reflexões de conteúdos/temas que ajudem o debate no currículo do Ensino Médio sobre a formação da sensibilidade, dos sentidos e dos sentimentos dos que trabalham, o sentido construído neste texto é o de uma perspectiva interdisciplinar, a favor de um currículo integrado, visando à correlação e à articulação de conceitos.

A importância de reflexões sobre a formação dos que trabalham dispensa explicitações. O que se pode ressaltar, embora com risco de ser redundante, é a pertinência dessas reflexões no Ensino Médio, mediante perspectiva da atual LDB 9394/96, que afirma que o Ensino Médio, como parte da educação escolar, deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Art. 1, §2).

Destacamos que este estudo, em relação ao nível de complexidade do conhecimento aqui adotado, é de importância para o professor, mas não descartamos a possibilidade, diante da linguagem utilizada, de ser diretamente apresentado aos estudantes do Ensino Médio.

A educação das qualidades sensíveis do trabalhador

Começamos lembrando que remonta ao mundo grego clássico a oposição direta entre o cultivo do cidadão — sensível, intelectual, político, religioso, militar — e o mundo do trabalho como lugar da vida prática, manual e artesanal, útil e necessário para a vida da *polis*, porém subalterno e destinado a escravos ou estrangeiros, ou seja, cidadãos de segunda categoria.

Reside aí a contradição forte da tradição filosófica e política grega, mesmo no auge da civilização de Atenas: promover a dialética — aqui entendida como diálogo — , a vida pública, o conhecimento racional em todas as esferas — arte, ciência, política, filosofia, guerra, etc — , construindo uma base para se pensar a democracia, um governo do povo destinado, no entanto, para a minoria dos cidadãos reconhecidos como tais (Vernant e Naquet, 1989).

Nesse viés, cabe frisar a distinção posta, mesmo pelos gregos: não se espera o cultivo sensível, espiritual e intelectual daqueles que vivem a vida prática do mundo ligado ao trabalho, sobretudo manual, reconhecendo-se nele apenas uma certa e necessária função à vida da *polis*. Será somente na época moderna — aqui entendida no longo curso histórico, como resultado e construção proveniente do pensamento humanista da Renascença, do Iluminismo, da Revolução Industrial e da ascensão da burguesia ao poder — que o *populus*, a plebe, os servos, os subalternos, os depen-

¹ Doutora em Educação pela PUC-SP; Vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV/FIOCRUZ e professora-adjunta da FEBF/UERJ.

² Doutoranda em Educação pela PUC-RJ e professora-pesquisadora da EPSJV/FIOCRUZ.

dentos do poder e do favor entrarão em cena, através de contraditórios processos e lutas de emancipação.

Pensando a formação dos que trabalham, no que tange a idéias emancipadoras — tão caras à educação crítica —, observa-se, no século XIX, o ponto alto de uma longa tradição (que chega aos nossos dias mais ou menos desfigurada) situado na tradição crítica e emancipadora sistematizada por Marx e por seus continuadores no século XX. Desde os escritos mais antigos, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1978), até chegar a *O capital - crítica da economia política* (1999), o pensador alemão estará ocupado em pensar as formações sociais, as classes, a política, o aparato cultural, científico e burocrático, tendo como vértice crítico o mundo dos que trabalham. Com uma ênfase e abrangência até então desconhecidas.

Mesmo antes de trazer a crítica para o presente, enfatizando as mudanças no mundo do trabalho neste final de século XX, cabe lembrar a oposição entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual*, que vinha desde a Antiguidade e que é retomada por Marx em termos de uma possível superação dialética dessa crua oposição. Caberia ao pensamento materialista e dialético deslocar os termos do problema, sem fazer tábula rasa do passado histórico, aderindo com isso a alguma forma de positivismo.

Ainda hoje, quem lê os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* não deixa de notar a ênfase numa humanidade possível, emancipada, de sujeitos inteiros, chegando a uma história de fato humana. E não deixará de perceber, sobretudo, a crítica à mutilação, às fragmentações, à estranheza e alienação a que são submetidos os sujeitos — trabalhadores, mas não apenas, posto que essa renúncia à autonomia e à liberdade que atende pelo nome de alienação diz respeito a todos os grupos sociais — nessa formação histórica chamada capitalismo.

De maneira por alguns considerada romântica, Marx percebe no processo de formação e trabalho típicos do capitalismo uma mutilação das melhores qualidades, sensíveis e práticas, do ser humano — que é entendido aqui, frisemos, não como entidade abstrata, fora da história, transcendente e metafísica, conforme as várias correntes idealistas ensinam, mas como sujeitos em situação, postos em contextos específicos e vivendo sob condições determinadas que, na maioria das vezes não foram resultado de uma livre escolha, mas da pura necessidade de sobreviver.

Contra os críticos de um Marx romântico e juvenil, lembremos que *O capital*, ao mesmo tempo, negará, conservará e indicará a possível superação desse sujeito dividido, submetido ao reino da necessidade, mas aspirando à liberdade e à autonomia. Em resumo, o que poderia ter sido, mas não foi, a passagem de uma pré-História da humanidade para uma História de fato humana.

Submetidos nas cidades ao duro regime do trabalho fabril, das jornadas enormes, das doenças e da ausência de direitos atingindo a todos, mulheres, crianças, adultos e velhos, porém aproximados pela própria expansão do capitalismo, parecia abrir-se o horizonte de uma emancipação inédita na História: a de uma democracia do trabalho, socialista, realizando na vida de todo dia o que fora diálogo filosófico e explicação do mundo.

Cabe lembrar que esse mundo do trabalho fabril, dos primeiros passos da automação, ainda anteriores ao fordismo e muito distantes dos estágios atuais de automação e informatização, por certo repropunha a antiga divisão entre o mundo do

A formação das qualidades sensíveis do trabalhador como conteúdo do ensino médio

trabalho e o mundo das qualidades sensíveis, a vida prática e o cultivo — do espírito, da arte, da ciência, da política, da guerra, etc — destinado aos grupos de elite. Antes, nobreza, aristocracia, clero. Na época, a burguesia e os novos grupos urbanos médios, com suas aspirações de ascensão social.

Agora, que a memória histórica parece se desfazer no ar, como resultado violento da modernização global do capitalismo, talvez seja importante lembrar algumas referências. Ao longo de todo o século XIX e entrando pelo século XX, o mundo do trabalho esteve ligado à fábrica, por certo, mas sempre teve uma dimensão comunitária, cultural, política e esportiva. Ou seja, sempre teve a dimensão, mais ou menos elaborada, mais ou menos evidente, de uma *cultura de trabalhadores*, como uma construção que não poderia deixar de ser *social e histórica*. Por evidente decorrência lógica, os sujeitos trabalhadores tinham sua subjetividade construída tanto na esfera do mundo da fábrica e dos valores dominantes, quanto na esfera de uma vida cotidiana no bairro, na rua, no bar, no clube, nas associações, nos sindicatos, nos esportes, enfim, numa sociabilidade rica e diversa daquela vivida pelo burguês abastado em seus bairros.

O mundo do trabalho, a saúde e a educação foram se cruzando, de maneira difícil e contraditória. A começar pelo fato de que os dominantes não esperavam *operários letrados*, para lembrar Brecht, tampouco que fossem sensíveis e educados, cultos e delicados como as belas almas burguesas — quando se dedicavam à arte e à cultura, distingamos, não quando se dedicavam ao exercício violento do mando e da opressão.

A longa passagem do mundo do trabalho artesanal para o mundo fragmentado e mecânico da produção fabril deve ser aqui lembrada, para que não se tenha a impressão de uma passagem direta e abrupta. O Brasil pode muito bem ilustrar esse ponto, através da formação de suas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro. Os contingentes de imigrantes que chegaram a São Paulo, dos anos de 1890 até o final da década de 1920, não vieram todos com qualificações fabris, de sujeitos formados e adaptados ao mundo mecânico e automático da fábrica capitalista. Bem ao contrário, vieram muitos artesãos, lavradores e comerciantes, que viriam a dar o perfil da maior metrópole capitalista da América Latina. A história de sua vinda, de suas formas de adaptação e de convívio, de trabalho, cultura e lazer, é muito rica para ser esquecida, mesmo que um certo gosto pós-moderno assim o deseje.

Como esquecer a vinda dos anarco-sindicalistas e sua expulsão, e a rica cultura operária, que existiu na forma de associações políticas, religiosas, artísticas e esportivas?

Talvez lembrando que foi a própria força expansiva da modernização conservadora do capitalismo no Brasil que promoveu esse esquecimento, dispersou essas culturas operárias — não apenas em São Paulo, mas no Rio, na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul — e estabeleceu a hegemonia — ao mesmo tempo cultural, educativa e política — através da comunicação massificada.

Pode parecer estranho a um trabalhador de hoje em dia, mas a subjetividade e o corpo — físico, erótico, imaginário — dos que trabalham nem sempre foi moldada pelo horizonte da mercadoria e seu fetiche. O que nos remete, uma vez mais, a Marx e às páginas que abrem *O capital*, tratando justamente de como se forma o fetiche

da mercadoria, o dinheiro como equivalente universal no mundo das trocas, a supressão do trabalho como verdadeiro valor social, a primazia do mundo abstrato das trocas, em detrimento do mundo das qualidades sensíveis, ligadas ao uso e à vida ainda não absorvida pela subjetividade alienada.

Em outros termos, a vida social e cotidiana alienada como um *outro*, uma *estranheza*, uma distância a separar os sujeitos daquilo que eles mesmos criaram. Cisão que só tem feito se acentuar, sobretudo nos desencantos e derrotas que ocupam o espaço nesse início do século XXI. Daí o lugar e a função social da memória: esquecer é repetir a violência contra os excluídos e oprimidos em favor de um elogio do existente.

Lembremos, mesmo de maneira simples e abreviada, que os trabalhadores — imigrantes, migrantes ou brasileiros — tinham seus saberes, sua cultura, suas formas de lazer e esporte, sua culinária e sua linguagem, seus jogos de sedução e suas preferências musicais, suas associações religiosas e políticas, seus jornais e suas formas de comunicação. Tinham qualificações profissionais específicas — às vezes artesanais, às vezes rurais, às vezes fabris — mas também se educavam, acrescentando à vida prática do mundo do trabalho um certo cultivo das qualidades sensíveis que deveriam ser o apanágio e o privilégio dos dominantes.

Educação, portanto, num sentido mais amplo e formativo, que poderia nem mesmo incluir a escola, mas que certamente passou a incluir esse lugar social como um direito e um objetivo de grande relevo. É fácil lembrar: quase não havia escolas públicas, os imigrantes eram pobres e com poucas letras, e não votavam, nem homens, nem mulheres. Situação essa mais acentuada em São Paulo, com um contingente maior de estrangeiros, e menor no Rio de Janeiro, com um número maior de brasileiros. Cidadãos de segunda classe, à margem da vida da cidade. O elogio do imigrante europeu viria depois, digamos no pós-guerra, na década de 1950, quando os filhos e netos de imigrantes já tinham estudado, ido para a Universidade e ocupado posições na indústria, no comércio, no esporte, na cultura, nas profissões ditas liberais. Quando já se ia deixando para trás a fase inicial da cultura operária e suas variações, inclusive as crendices, as curandeiras, as parteiras, as rezas, as novenas, os chás e os santos remédios para tudo, receitados pelas avós. Remota lembrança, é certo, quando saúde e alta tecnologia rimam e tentam se combinar, como em nosso presente histórico, acentuando o mundo fetichizado da mercadoria, que agora inclui o próprio corpo humano e a saúde, numa escala impensável para nossos avós.

Hoje, podemos perceber, com muita ênfase, que vivemos numa época anti-utópica por excelência, reduzindo à irrelevância ou ao mero esquecimento, os projetos e as lutas emancipatórias vindas dos séculos XVIII, XIX e mesmo XX.

Nesse específico contexto do capitalismo está a desesperança, que pode levar a postura de que nem mesmo há espaço para se imaginar uma superação da divisão social do trabalho, conforme imaginada por Marx, num de seus momentos mais francamente utópicos, oferecendo uma imagem de sociedade comunista que regulasse a produção geral, permitindo ao trabalhador uma vida variada: caçar, pela manhã; pescar, à tarde; à noite, pastorear o gado; depois do jantar, fazer crítica, sem jamais especializar-se, tornando-se apenas caçador, pescador, pastor ou crítico (Marx e Engels, 1989).

A formação das qualidades sensíveis do trabalhador como conteúdo do ensino médio

Vivemos, de fato, bem o oposto dessa imaginação comunista liberadora do humano como potencial flexível e variado, formando uma vida plena e não mutilada. Nesse passo da análise, cabe caracterizar melhor a formação capitalista neste final de século XX. Primeiro, ela é marcada pelo processo de *acumulação flexível* do capital, numa forma financeira e global, que não respeita fronteiras nacionais ou mesmo o poder político dos Estados nacionais e se dá na velocidade da sociedade informatizada, fazendo com que economias nacionais dependentes, como as do Brasil, do México ou da Argentina possam entrar em sérias crises em muito pouco tempo.

Daí decorre uma concentração de capital financeiro e especulativo sem precedentes, com valor extremamente abstrato e desligado do mundo concreto e próximo da produção, como nas etapas anteriores se observava. Segundo, essa nova formação, desfeita a URSS e finda a Guerra Fria, constrói sua hegemonia quase que na forma de um *pensamento único*, a ser seguido mesmo quando as conseqüências são catastróficas. Em terceiro lugar, observa-se um grau sem precedentes de fragmentação e proliferação de dados, sinais e informações, culturais ou não, conseqüência do que se pode definir como *sociedade do espetáculo ou do simulacro*, com um poder desagregador enorme em relação à vida cotidiana no mundo do trabalho, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Definida a acumulação flexível, segue-se a idéia de um capitalismo *pós-fordista*, cujo centro não é mais a fábrica, sobretudo a fábrica de automóveis, como na Detroit da época do próprio Ford ou, na formação recente do Brasil, as fábricas de automóveis do ABC paulista. Tudo indica que o mundo da fábrica tradicional tende a ceder passo a um setor de serviços muito variado e valorizado, assim como a sofrer profundas alterações em seu cotidiano, conseqüência das novas formas de trabalho associadas à *microeletrônica*.

É nesse contexto que entrou no debate a idéia de *qualificação ou especialização flexível* ligada ao mundo do trabalho. Como todo canto de sereia vendido pelo imaginário do progresso e da eficiência capitalista, esse também gerou algum entusiasmo nos mais incautos. Na prática, no entanto, essa *qualificação flexível* e as novas formas de organização do cotidiano no mundo do trabalho não resultaram num aumento do tempo livre do trabalhador, com isso levando a um cultivo de suas qualidades sensíveis não absorvidas pelo mundo das trocas e da mercadoria.

A Sociologia do Trabalho mais crítica e exigente tem notado formas novas e mais violentas de integrar e absorver a energia vital do trabalhador. Antes de mais nada, essa qualificação e especialização flexível se dá no contexto de um projeto que pretende desmontar o Estado de Bem-Estar Social, o *Welfare State*, que muito mais que qualquer concessão do capitalismo, foi uma dura conquista de quase 150 anos de luta dos trabalhadores. Desmante que pode muito bem ser definido como uma *revanche do capital contra o trabalho*. Processo violento, que estamos vivendo no Brasil de forma acentuada desde o início da década de 1990, e que nos elevou aos mais altos índices de desemprego de toda a nossa história, inclusive em São Paulo, maior centro fabril, comercial e financeiro do Brasil.

O que as pesquisas recentes indicam é que essa idéia de especialização e qualificação flexível para o mundo do trabalho significa, na realidade, fazer dos sujeitos algo *descartável e degradado*, para usar a imagem de Robert Kurz, sociólogo

alemão muito atento a esses processos (1999, p. 7). O que se está perdendo é a forma do emprego estável e continuado, com garantias trabalhistas, sociais e previdenciárias, que possibilitavam ao trabalhador viver um cotidiano mais ou menos estável, de alguma forma se comprometendo com a empresa ou instituição em que trabalhava.

Flexível, portanto, é apenas um eufemismo, carregado de ideologia, para perda dos direitos e garantias trabalhistas; vínculos de trabalho precários e informais, que *terceirizam* setores inteiros, fazendo com que ex-funcionários e suas ilusórias empresas autônomas continuem fazendo o que já faziam, para a mesma empresa, da qual continuam dependendo, agora com a empresa desobrigada dos encargos sociais e dos vínculos regulares de trabalho.

Com isso, cresce em rapidez exponencial o mundo do trabalho chamado *precário ou informal* que ocupa, no caso do Brasil, um espaço cada vez maior. Ao invés de ter mais tempo livre, o trabalhador precisa agora de dois ou três empregos para manter o mesmo padrão de vida do passado recente. Significa mais cansaço, mais desgaste físico e emocional, mais absorção privada da riqueza humana de cada um que precisa entrar no mundo do trabalho, com escolhas cada vez mais reduzidas.

De forma impessoal, o *desemprego estrutural* que decorre da acumulação flexível e global é tratado como inevitável, como uma espécie de pequeno pedágio que seria preciso pagar para se ter acesso aos benefícios da modernização acelerada e violenta do capitalismo. Como em toda a história do capitalismo, o custo humano não entra em consideração. Ou seja, o sofrimento, a angústia, as filas intermináveis, as horas sem fim buscando trabalho, a humilhação, a baixa auto-estima, as famílias desagregadas, o alcoolismo, a depressão e outras doenças, é como se nem existissem. Não é difícil imaginar, em termos de saúde pública, os custos e as consequências dessa brutal pressão que está promovendo desemprego estrutural, empregos precários e sem vínculos, acúmulo de horas de trabalho e baixa remuneração. Diante desta realidade, forma recente do capitalismo certamente promove a *doença*, física e emocional.

Exige-se uma qualificação cada vez mais ampla e exigente, numa época de rápidas mudanças no mundo do trabalho, fazendo com que essa mesma qualificação seja descartada logo adiante, em favor de outra, mais rápida e mais eficiente. Daí deriva a imagem do descartável e degradado, isto é, o próprio trabalhador e suas competências, formativas ou tácitas, mas desenvolvidas ao longo do tempo, na rapidez em que tudo tende a se tornar obsoleto e deixado de lado. A isso não chamamos pessimismo em relação ao mundo do trabalho e às novas qualificações e formas de organização, mas *realismo crítico*, no senso mais estrito e necessário.

Os resultados culturais dessas mudanças, velozes e violentas, também são assustadores, tornando quase românticas as imagens de uma cultura popular e operária, como a da São Paulo ou do Rio de Janeiro no começo do século XX, com suas formas de viver e variar a vida cotidiana. Antes de mais nada, a poderosa presença da comunicação de massa e da indústria da cultura, absorvendo e orientando os desejos das massas trabalhadoras, em favor do individualismo associado ao consumo e ao sucesso material. Em seguida, o enfraquecimento da vida política no mundo do trabalho, quer dos sindicatos, quer das outras formas possíveis de gestão e auto-

A formação das qualidades sensíveis do trabalhador como conteúdo do ensino médio

organização, posto que a violência premente de sobreviver, de não ser excluído do mundo do trabalho, tornando-se obsoleto, descartável e inútil, mobiliza muito tempo e muita energia.

Observa o sociólogo norte-americano Richard Sennett (1999) que esses processos geram uma *corrosão do caráter*, um empobrecimento ético, uma degradação no mundo dos valores que, bem ou mal, podia existir nas etapas anteriores do capitalismo.

De forma seca e impessoal, as novas exigências postas pela flexibilização do mundo do trabalho e suas qualificações variadas atingem de modo particularmente duro o mundo do nosso capitalismo, ainda *desigual e combinado*, fazendo conviver atraso e modernização, consumo de massa e miséria ostensiva, tradições populares orais e cultura urbana de massas, formas de trabalho muito tradicionais no mundo rural e outras ultramodernas nos grandes centros urbanos.

Convivemos, ao mesmo tempo, com a herança do subdesenvolvimento de ex-colônia portuguesa e o peso da modernização recente, tardia e acelerada. Espera-se escolaridade de 12 ou 14 anos e adaptação flexível aos manuais dos setores informatizados de uma população com, em média, quatro anos de vida na escola e, muitas vezes, apenas semi-alfabetizados, incapazes de entender os sinais emitidos por essa formação nova, complexa e sofisticada.

Mas, como nos ensina a boa lição dialética, é preciso partir dos maus tempos presentes, não de uma nostalgia romântica, que acaba por idealizar o passado, mesmo quando se trata da vida cotidiana e da cultura dos trabalhadores, com o risco de se esquecer o controle, a violência e a opressão que lá também estavam presentes.

A Formação dos que trabalham na saúde

Uma análise da formação dos trabalhadores inseridos no sistema de saúde desvela ter o trabalho em saúde características diferenciadas do mundo da produção, mas, por outro lado, articuladas características gerais ao mundo do trabalho.

Para tanto, pode-se indicar várias determinações, cruzadas e contraditórias, relevantes para a análise. Primeiro, a contradição central, que opõe *público e privado*, o acesso ao sistema de saúde como um direito universal, direito de todo cidadão e seu oposto, a definição particular excludente, privada mesmo, da saúde como um bem, um serviço, acessível apenas aos que podem pagar. Contradição que diz respeito, de forma enfática, à década de 1990, em nosso país e no mundo, com vastos projetos privatizantes em que se fetichiza o mercado e a mercadoria, a qualificação e a competência técnicas, o aparato tecnológico de ponta, a eficiência e a qualidade total, em detrimento dos sistemas públicos em toda a área social, à frente educação e saúde.

No Brasil, o problema mistura contradições econômicas, políticas e culturais. A mais evidente é a econômica, no que implica de violência, ao querer impor a um país com forte herança de atraso, colonial e republicano, com brutal concentração de renda e desníveis sociais, regionais e de classe, um modelo privatista para a saúde, com isso deixando sem assistência social os já desassistidos e reforçando a herança autoritária de nossa formação histórica. A dimensão política diz respeito, por exemplo, à Constituição de 1988, progressista e defensora de um modelo público, de

educação e saúde, contraposta à objetiva defesa de interesses privados, como real modelo desejado. Contradição que atravessa toda a implantação do Sistema Único de Saúde na última década, e que tende a se acentuar, por exemplo, com a defesa de um certo percentual privado, digamos de 25%, nos hospitais públicos das universidades, a pretexto de subsidiar parte dos custos das unidades de atendimento hospitalar e ambulatorial. Não fica difícil imaginar a conseqüente diferença de atendimento para pacientes públicos e pacientes privados, do SUS e dos planos privados de saúde. Em terceiro lugar, uma dimensão cultural que não pode ser ignorada: acentuam-se as mazelas e fraquezas do serviço público brasileiro, estando a saúde aí incluída, em favor de uma sistemática divulgação em massa das maravilhas da empresa privada de saúde, na forma de helicópteros, aviões, equipamentos ultramodernos e invulgar eficiência. Enquanto os telejornais se encarregam, como seu trabalho cotidiano, de induzir nas massas urbanas às imagens, deprimentes, de grávidas tendo seus filhos em calçadas e velhos morrendo antes de terem qualquer atendimento médico.

Dimensão cultural, resaltemos, porque diz respeito à construção de uma hegemonia, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, visível e invisível, com o objetivo de impor um princípio quase único de realidade e pensamento.

Como construção de uma hegemonia, lembremos, com Antonio Gramsci, que se trata de um projeto ao mesmo tempo político, econômico, cultural e moral³. Implica tudo isso e, nessa etapa presente do capitalismo, uma acentuada fragmentação, o estímulo à competição, ao sucesso a qualquer custo, a guerra de todos contra todos, com fortes componentes de violência, de narcisismo, de visão privada da realidade, de ausência de um projeto público e democrático de vida social.

Também não escapa, ao observador mais atento, a dimensão crítica do processo. Com Marx, vale lembrar que se trata de um elevado grau de fetichização do mercado, do mundo da mercadoria e das imagens de massa da mercadoria, acentuando uma vida prática e imaginária separada das qualidades sensíveis e humanas, em favor do elogio das trocas, da razão pragmática, do pensamento funcional e tecnicista que, a seu modo, também fetichiza a tecnologia, como panacéia universal contra a condição humana no que implica de sofrimento, renúncia, frustração, dor, doença e a inevitável morte. Passando ao largo das severas e realistas análises de Freud (1998) a propósito do mal-estar na civilização, promete-se o melhor dos mundos, feito de máquinas, mercadorias, consumo e eterna juventude, uma espécie de euforia sempre à beira da depressão. Digamos assim, dimensão patológica que o capitalismo altamente tecnológico e urbanizado alcança neste final de século XX, perdendo-se de vista justamente a dimensão humanizadora que poderia amenizar o mal-estar na civilização e na própria condição humana. Por fim, não é preciso ir muito longe para perceber que essa associação, eufórica e imaginária, entre liberdade como atributo e função do consumo e da mercadoria é construção social carregada de ideologia, que certamente molda as subjetividades.

Bem ao contrário de um idílico mundo de liberdade entre máquinas e mercadorias, continua em curso um projeto de controle e de absorção dos desejos e da libido

¹⁰ Toda a obra de Gramsci traz essa idéia, por isso não destacamos uma referência específica.

A formação das qualidades sensíveis do trabalhador como conteúdo do ensino médio

dos sujeitos, no trabalho e no lazer, em casa e na rua, na esfera pública e na privada, muitas vezes rasurando a distância que deveria separá-las, em favor do melhor, mais produtivo, mais eficiente e mais lucrativo funcionamento do próprio capitalismo. Em tudo, novos e mais elaborados processos de adequação do corpo e do tempo vital do trabalhador ao mundo da produção e das trocas, agora com um componente ainda mais abstrato, a saber: o das redes informatizadas criando um mundo virtual, com exigências também novas e inesperadas. Remetendo-nos a Michel Foucault (1986), sempre prontos a *vigiar e punir*, disciplinando os corpos dos sujeitos, em suas dimensões físicas, eróticas e imaginárias.

Ainda sobre a formação dos que trabalham em funções que exigem escolaridade de nível médio e fundamental, observamos que, em seu cotidiano de trabalho, esse trabalhador sofre a influência e a pressão, percebida ou não, consciente ou não, elaborada ou apenas intuída, a depender do caso, dessas mesmas determinações cruzadas e contraditórias. A começar pela desvalorização do projeto público e universal de saúde, da tradição também pública da medicina brasileira e da própria visão de uma medicina preventiva, ao invés de apenas curativa e invasiva. Continua sofrendo essa influência porque recebe salários baixos e trabalha em ambientes empobrecidos, nos quais muitas vezes faltam os equipamentos e medicamentos básicos. Mais do que isso, indiquemos a importância da estrutura burocrática dos serviços públicos de saúde, muitas vezes fechada e hierárquica, pouco capaz de absorver o conhecimento tácito que o trabalhador desenvolve em seu cotidiano. Portanto, pouco ágil em dar respostas a críticas e demandas, muitas vezes justas e pertinentes. No vértice, existe a pressão para que esse mesmo trabalhador se adapte às novas tecnologias e às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho.

Digamos, então, que esse trabalhador precisa de uma qualificação técnica específica, muitas vezes adquirida no dia a dia do serviço, sem muito estímulo para absorver novas qualificações; que vive sob pressão, tanto das horas de trabalho, quanto dos baixos salários e do imaginário de massa, negativo em relação a toda instituição pública, o que só favorece sua baixa auto-estima; que lida, todos os dias, durante muitas horas, com a dor, o sofrimento e a morte, muitas vezes em condições degradantes, sem ter recebido qualificação ou formação, humanista e psicológica, para lidar e elaborar essas dimensões difíceis e extremas da condição humana. O mesmo acontecendo, diga-se de passagem, com os profissionais de saúde de nível superior, cuja formação universitária não prevê esses problemas. Não é incomum, portanto, que esses profissionais de nível médio se apoiem na religião, como maneira de suportar a pressão. Ou, nos piores casos, na indiferença, no embrutecimento, na fria funcionalidade burocrática e técnica do trabalho. Sobretudo, não pode escapar à análise materialista e dialética a *dimensão ao mesmo tempo objetiva e subjetiva* desses processos, ou seja, as condições materiais e objetivas de trabalho, de aprendizagem, de formação e de qualificação técnica como algo inseparável da dimensão subjetiva desses trabalhadores.

Talvez seja ocioso acrescentar que esses processos cotidianos empobrecem e mutilam os sujeitos trabalhadores, acentuando o sentido prático e imediato do trabalho e, com certeza, relegando à irrelevância as dimensões sensíveis e qualitativas da experiência humana. Que de fato exista humanização, afeto, compaixão e respeito

humano nesses contextos é algo que se deve às qualidades individuais dos sujeitos, não a projetos humanistas e emancipadores.

A reflexão acerca do trabalhador de escolaridade média ou fundamental da saúde requer que lembremos que há conseqüências da organização burocrática do trabalho com a saúde que merecem destaque. Trata-se da convivência, ainda em nossa época, da *cultura capitalista da empresa*, com suas formas ideológicas de controle e de coerção, e de uma *cultura burocrática*, herança colonial que não perdeu a força em nossa história republicana. Com isso, o valor de fato público e civil do acesso ao atendimento médico sofre a forte interferência de uma burocracia de funcionários pouco motivados, mal remunerados, sem qualificação continuada e específica, que tendem a reproduzir as mazelas de uma estrutura de poder bastante impessoal. No final da linha, sofrendo as conseqüências do processo, estão, justamente, os trabalhadores que precisam do atendimento médico da rede pública, por estarem excluídos dos planos privados de saúde.

O que se nota é a reprodução, muitas vezes, do descaso, das pequenas formas de corrupção, herança de uma bem conhecida cultura do favor, do “jeitinho brasileiro”, em que contam as indicações, os contatos, os apadrinhamentos. Em resumo, o oposto exato de um direito público e universal do cidadão do país.

Entretanto, o que o próprio trabalhador não percebe — nem o faz uma análise maniqueísta desse fato — é que, no limiar desse procedimento, há a captura de um potencial criativo. Em outras palavras, o que poderia se transformar em forma de desalienação de si próprio e de aliança com o outro — ganhando dimensão coletiva através da exposição das contradições presentes no trabalho e no sistema de saúde —, acaba capturado no “jeitinho brasileiro”, há tempos institucionalizado (Morosini, 1999).

Tudo posto, percebe-se que a condição humana sob o capitalismo resulta em mutilação, em fragmentação e isolamento, em formas impessoais de controle e coerção, em experiências empobrecidas, em promessas de felicidade que jamais serão cumpridas (Adorno e Horkheimer, 1986), em sofrimento e humilhação mesmo. E, sobretudo na hora da dor, do sofrimento, da doença e da morte, é uma indicação segura da atualidade de uma velha verdade, nem por isso menos dura: desumanizar a vida, diminuir o potencial criativo e sensível dos que trabalham, de forma impessoal e abstrata, sempre foi algo inseparável da própria história do capitalismo.

Nesse sentido, ao pensarmos o real e o possível na educação dos sentimentos, da sensibilidade e dos sentidos dos trabalhadores da saúde, compreendemos que os atributos destes constituem um produto socialmente produzido, datado e localizado historicamente. São da ordem de uma produção social que, incessante e continuamente, opera a reprodução do sistema político-econômico-cultural vigente, por meio da produção de significações, desejos, fantasias, representações..., consumidas, interiorizadas, vividas, pensadas, sentidas ... pelos sujeitos sociais (Morosini, 1999).

Isso posto, é no contexto das mudanças aceleradas do capitalismo, afetando profundamente o mundo do trabalho e a vida cotidiana dos trabalhadores, que se

precisa pensar a saúde e o ensino médio integrado à educação profissional como questões significativas no processo contra-hegemônico de desalienação dos trabalhadores .

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T e HORKHEIMER, M. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1986.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- _____. **Vigiar e Punir**. 4 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- FREUD, S. **O Mal estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago ,1998.
- KURZ, R.. Descartável e degradado. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 11 jul. 1999. Mais!, Suplemento p. 7.
- MARX, K. **O Capital - crítica da economia política**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999
- _____. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- MARX, K e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Introdução de Jacob Gorender.
- MOROSINI, M. V. C.. **Subjetividade, Trabalho e Saúde: estranhando essa conta de chegar**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1999. (Relatório Paetec). Mimeo.
- SENNET, R. **A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no capitalismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.
- VERNANT, J.P e NAQUET, P.V. **Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1989.